

## RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

**1-(ESAF/AFRF/2003) Em caso de responsabilidade civil do Estado, a divergência sobre a inserção do agente público causador do dano a terceiros, em caso de culpa, na ação judicial, em relação à Fazenda Pública, foi dirimida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União, na esfera federal. Pela regra, será caso de:**

- a) Ação regressiva ou litisconsórcio
- b) Ação regressiva ou denunciação à lide
- c) somente ação regressiva
- d) Litisconsórcio ou denunciação à lide
- e) Somente denunciação à lide

**2-(CESPE/Defensor Público da União/2001) Acerca da responsabilidade civil do estado, julgue os itens a seguir:**

- 1) As sociedades de economia mista, independentemente de seu objeto social, submetem-se à responsabilidade objetiva pelo dano que seus agentes causarem a terceiros.
- 2) A teoria do risco administrativo, base para a responsabilidade objetiva do Estado, admite a exclusão da responsabilidade do Estado nos casos de comprovação de culpa exclusiva da vítima.
- 3) Considere a seguinte situação hipotética: A interdição de uma via pública, por ato ilícito, para a reparação de rede pluvial, impediu, por determinado tempo, o acesso de clientes a um posto comercial de combustíveis de determinada empresa, causando-lhe prejuízo advindo da cessação da venda de seus produtos.
- 4) No atual regime jurídico brasileiro, convivem as teorias subjetiva e objetiva de responsabilidade do Estado.
- 5) no ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade objetiva é restrita ao Estado e às pessoas jurídicas integrantes de sua administração indireta.

**3-(CESPE/Analista Judiciário/TRT6ª/2002) A responsabilidade objetiva do Estado, com base no risco administrativo, de fundo constitucional, não alcança atos praticados por sociedade de economia mista que explore atividade econômica.**

**4-Julgue os seguintes itens:**

- 1) Tanto à responsabilidade da Administração para com a vítima quanto a responsabilidade do agente em face da Administração seguem a teoria da responsabilidade objetiva.
- 2) Havendo condenação penal do agente, a vítima não mais poderá demandar civilmente a Administração Pública, cabendo eventualmente ação cível somente contra o agente.
- 3) Caso a absolvição do agente público decorra da negativa de autoria, a sua responsabilidade administrativa restará necessariamente afastada.
- 4) As sanções civis, administrativas e penais que podem ser impostas ao agente público são independentes, podendo cumular-se. Todavia, a absolvição criminal em decorrência da falta de provas ensejará absolvição na esfera administrativa - ou a revisão do processo, caso a penalidade já tenha sido imposta.
- 5) Existe prejudicialidade da esfera de responsabilidade criminal sobre a da responsabilidade administrativa, de modo que o servidor absolvido em ação penal não poderá, em nenhuma hipótese, ser punido administrativamente.

**5-(ESAF/Procurador DF/2004) Assinale a sentença correta:**

- a) O agente público é sempre responsável pelos danos que nessa qualidade vier a causar a terceiros.
- b) O agente público não responde em qualquer hipótese, pelos danos que, no exercício de sua função, causar a terceiros.
- c) Os danos causados a terceiros, na execução de serviços públicos, devem ser indenizados pelos beneficiários de tais serviços.
- d) O Estado e as pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos, respondem pelos danos causados a terceiros por seus agentes, no exercício de suas funções, assegurando o direito de regresso, em caso de dolo ou culpa.
- e) O Estado responde pelos danos causados por seus agentes, na execução de serviços públicos, descontando destes, automaticamente, os valores que despendem no pagamento de indenizações.

**6-(ESAF/Juiz Substituto/TRT-7ªRegião) Tratando-se de responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa falsa:**

- a) Empresas públicas podem se sujeitas à responsabilidade objetiva ou subjetiva, dependendo de seu objeto social.
- b) A teoria francesa da *"faute du service"* é enquadrada como hipótese de responsabilidade objetiva.
- c) Pessoas jurídicas de direito privado, não integrantes da Administração Pública, podem se sujeitas à responsabilidade objetiva.
- d) A responsabilidade do Estado por omissão caracteriza-se como de natureza subjetiva.
- e) A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.

**7-(ESAF/SEFAZ-CE/Analista Jurídico/2007) A teoria que responsabiliza o Estado pelos danos que seus agentes causarem a terceiros sem admitir qualquer excludente de responsabilidade em defesa do Estado denomina-se teoria:**

- a) Objetiva
- b) Subjetiva
- c) Da falta do serviço
- d) Da irresponsabilidade
- e) Do risco integral

**8-(FCC/ISS-SP/2007) A responsabilidade objetiva, incidente quanto às pessoas de direito público, entende-se, entre outros casos, nos termos da Constituição Federal:**

- a) A uma empresa privada concessionária de serviços públicos.
- b) Ao agente público causador do dano.
- c) A uma sociedade de economia mista que explore atividade econômica.
- d) A uma empresa pública que explore atividade econômica.
- e) A uma empresa privada contratada para a realização de uma obra pública.

**9-(ESAF/AFC/CGU/Correição/2006) No caso de responsabilidade civil do Estado, por dano causado a outrem, cabe ação regressiva, contra o agente causador, que tenha agido culposa ou dolosamente, mas constitui requisito essencial para tanto, ter havido:**

- a) Ajuizamento de ação pelo paciente, cobrando indenização do dano.
- b) Condenação do estado a indenizar o paciente.

- c) Reconhecimento de culpa ou dolo, por parte do agente.
- d) Prova produzida pelo paciente, de culpa ou dolo do agente.
- e) Recusa do agente em assumir o ônus da reparação desse dano.

**10-(FCC/TCE-PI/Auditor/2005) Em matéria de danos causados a terceiros, em decorrência da prestação de serviços públicos, considere duas hipóteses distintas: serviços prestados pela Administração direta e serviços prestados por concessionário privado. Nessas hipóteses, tem-se que a responsabilidade civil da Administração, de seu servidor causador do dano, da empresa concessionária e do empregado desta causador do dano é, respectivamente:**

- a) Objetiva, objetiva, subjetiva, subjetiva;
- b) Objetiva, subjetiva, objetiva, subjetiva;
- c) Objetiva, subjetiva, subjetiva, subjetiva;
- d) Objetiva, objetiva, objetiva, subjetiva;
- e) Objetiva, objetiva, objetiva, objetiva.

**11-(CESPE/DPU/2007) Como a responsabilidade civil do Estado por ato danoso de seus prepostos é objetiva, surge o dever de indenizar se restarem provado o dano ao patrimônio de outrem e o nexo de causalidade entre este e o comportamento do preposto. No entanto, o estado poderá afastar responsabilidade objetiva quando provar que o evento danoso resultou de caso fortuito ou de força maior, ou ocorreu por culpa exclusiva da vítima.**

**12-(CESPE/DPU/2007) A responsabilidade da Administração Pública, de acordo com a teoria do risco administrativo, evidencia-se na obrigação que tem o Estado de indenizar o dano injustamente sofrido pelo particular – independentemente da existência de falta do serviço e da culpa do agente público – havendo a possibilidade de comprovação da culpa da vítima a fim de atenuar ou excluir a indenização.**

**13-Assinale a alternativa correta:**

I – A Constituição estabelece que o Estado deve indenizar os danos causados a terceiros pelos seus agentes públicos, no exercício de suas funções, independentemente de prova da culpa na ação lesiva.

II – As pessoas que exerçam funções públicas delegadas, na condição de empresas concessionárias de serviços públicos, respondem objetivamente pelos danos causados a terceiros pelos seus empregados no desempenho de suas tarefas.

III – Não há responsabilidade objetiva do Estado no caso de abuso do servidor no exercício de suas funções.

IV – O art. 37, §6º da Constituição da República, tornou aplicável à Administração Pública, em qualquer hipótese, o princípio da culpa civil, substituído pela responsabilidade objetiva.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão incorretas.

**14-Assinale a alternativa correta.**

a) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

c) O Juiz, de ofício, não deve conhecer da decadência, quando estabelecida em lei.

d) Se o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito, é válido o negócio jurídico firmado entre elas.

**15 - (FCC/Analista Jurídico/TRE-MS/2007) Transeunte que sofrer dano decorrente de serviço público ou de ato de servidor público:**

a) Será sempre ressarcido pela Administração Pública, independentemente de eventual dolo ou culpa exclusiva dele (transeunte).

b) Poderá ser ressarcido somente pelo servidor responsável pelo evento danoso.

c) Poderá ser ressarcido pela Administração Pública, caso o evento não tenha ocorrido por dolo ou culpa exclusiva dele (transeunte).

d) Será ressarcido somente na hipótese de comprovação de dolo ou culpa do servidor responsável.

e) Poderá ser ressarcido pelo servidor responsável pelo evento e, somente na impossibilidade deste, caberá à Administração Pública indenizá-lo (transeunte).

**16-A responsabilidade objetiva alcança todas as pessoas públicas ou privadas que prestem serviços públicos. Aqui, é a própria entidade da Administração Indireta que responde pelos danos causados por seus agentes, e isso porque possui personalidade jurídica e, pois, patrimônio próprio. Por outro lado, nesses casos, tem a doutrina admitido a possibilidade de o Estado responder subsidiariamente, uma vez exaurindo o patrimônio da entidade.**

**17-(FCC/Analista Judiciário/TRE-SP/2006) Com relação à responsabilidade civil do Estado é correto afirmar:**

a) As permissionárias prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros de forma objetiva, com base no risco integral.

b) As empresas públicas exploradoras de atividades econômicas se sujeitam à responsabilidade objetiva, com base no risco integral, que causarem danos a terceiros.

c) Havendo culpa exclusiva da vítima, a responsabilidade civil do Estado deverá ser mitigada, hipótese em que se reparte do *quantum* da indenização.

d) A força maior exclui a responsabilidade civil do Estado, quando descaracteriza o nexo de causalidade entre o evento danoso e o serviço público prestado ao administrado.

e) Os atos comissivos lícitos praticados por agente público, que causem danos ao particular, não ensejam a responsabilização civil da Administração Pública.

**Gabarito:**

1-C	2-FVVFV	3-V
4-FFVFF	5-D	6-B
7-E	8-A	9-B
10-B	11-V	12-V
13-A	14-B	15-C
16-V	17-D	